



CORPO E SEXUALIDADE: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A OBRA DE FOUCAULT¹

Vagner Costa Oliveira²

Resumo: O corpo e a sexualidade, temáticas que outrora eram consideradas irrelevantes e sem importância, somente nas três últimas décadas têm gradativamente aguçado o interesse dentre os historiadores. Michel Foucault, ao dar voz aos marginalizados e aos loucos, provocou uma verdadeira revolução na historiografia. Nessa perspectiva fortemente diversificada e, por que não dizer, divergente sob vários aspectos teórico-metodológicos, o amor, o desejo, o pecado, a prisão, o corpo, a sexualidade, enfim, velhos temas passaram a ser vistos com novos olhares, afirmando-se positivamente como objetos fundamentais nas possíveis compreensões das relações humanas.

Palavras-chave: Foucault – Poder – Sexo.

Abstract: The body and sexuality, topics that were once considered irrelevant and unimportant, only in the last three decades has gradually sharpened interest among historians. Michel Foucault to give voice to the marginalized and the mad, provoked a real revolution in history. From this perspective highly diverse and divergent why not say under various theoretical and methodological aspects, love, desire, sin, the prison, the body, sexuality, short, old themes now being seen with new eyes, becoming positively objects as possible in the fundamental understandings of human relationships.

Keywords: Foucault – Power – Sex.

Introdução

A partir da ideia de que o indivíduo não nos é dado, acho que há apenas uma consequência prática: temos que criar a nós mesmos como uma obra de arte.

Michel Foucault

O objetivo deste artigo é trazer à ribalta a discussão sobre o corpo e a sexualidade à luz da análise foucaultiana. Efetivamente, o que se propõe aqui é uma análise crítica de como a materialidade do poder se exerce sobre os corpos dos indivíduos. Nessa perspectiva, aproximar-nos-emos de campos

¹ Este artigo surge logo após a coordenação de um Projeto de Extensão Universitária com o título *Gênero, Corpo, Sexualidade e Poder: uma apropriação feminista de Foucault*, aprovado pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão da UNEB/Campus VI, em 18/08/2009.

² Aluno do programa de Pós-Graduação em História: Política, Cultura e Sociedade (Especialização/Lato Sensu) do Departamento de História da UESB. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita de Cássia Mendes Pereira (UESB). Curso previsto para terminar no segundo semestre de 2011. Graduado em Filosofia, pela Faculdade de Educação e Ciências Humanas da UNIMES. Orientadora: Prof^a Ms. Vanice Ribeiro da Silva. Graduado em História pelo Departamento de Ciências Humanas da UNEB/Campus VI. Orientador: Prof. Ms. Ivan Ramires. E-mail: vagnerco@yahoo.com.br.



auxiliares, como a Filosofia e a Psicanálise, contudo, sem perder de vista os limites da disciplina histórica.

As elaborações teóricas³ de Foucault suscitaram a renovação da epistemologia das ciências humanas, trazendo uma série de contribuições ao debate histórico-crítico. Com efeito, sua obra⁴ possibilitou a compreensão de que todo pensamento, toda prática, toda fala de uma época são coordenados por um pequeno e restrito conjunto de ideias fundamentais, que o filósofo francês chamou de enunciados, e que, sem meias palavras, constituem matrizes anônimas de toda a inteligência desse tempo determinado. Tais matrizes sofrem grandes transformações dentre os tempos e modificam toda a configuração de saber, provocando, entre as épocas, diferentes camadas de discursos e de práticas que se superpõem – já que são produtos da influência de diferentes enunciados – tornando possível uma arqueologia do saber.

Nossa época traz a marca do surgimento dessa nova noção, o homem, que, até o século XVIII, não existia; até então, ele era senhor da representação, prévia condição de todo conhecimento. Esse homem, para passar a existir como objeto de conhecimento, torna-se nebuloso e desconhecido. Só pôde ser compreensível, a partir do impensado com o qual faz par, porque é disso que tratam as novas ciências ou saberes que estudam o homem.

Com efeito, Foucault promoveu uma grande contribuição teórica para a compreensão da transição epistemológica no campo das ciências sociais ocorrida no final do século XIX. Para ele, esse homem-objeto de estudo, tratado por um conjunto de discursos, é um objeto novo de conhecimento. Esse objeto novo exigiu a criação deste novo saber, as ciências humanas, que não receberam uma herança teórica e tiveram que construir, elas mesmas, seus conceitos e métodos. Elas tratam o homem no que ele tem de empírico e não em sua entidade metafísica, infável.

Desde que eles vivem em sociedade, nunca tinham sido tomados como objeto de ciência. Essa passagem do homem para a ordem dos objetos científicos constituiu um evento na ordem do saber. As ciências humanas nasceram contemporâneas à Biologia, à Economia e à Filologia; neste mesmo ponto, recua a Metafísica, pois seu domínio universal encontrou áreas de resistência. Dessa forma, a episteme moderna apresentava três dimensões: 1. Ciências matemáticas e físicas; 2. Biologia, Economia e

³ No horizonte teórico, a formação de grande parte dos pensadores franceses de meados do século XX, dentre os quais se inclui Michel Foucault, é marcada pelo Marxismo. Assim, teoria e prática são indistintas no autor.

⁴ Em questão, a obra *“As palavras e as coisas”*, publicada em 1966. Michel Foucault, ao analisar a gênese e a Filosofia das ciências, mostra como é recente o aparecimento do “homem” na história do nosso saber. Estuda a mudança interior de nossa cultura do século XVIII ao século XIX, através da gramática geral, que se tornou Filologia; da análise das riquezas, que se tornou economia política, e da História Natural, que se tornou Biologia.



Filologia, que são ciências capazes de estabelecer constantes; 3. A Filosofia. Desse triângulo dos saberes as ciências humanas estão excluídas, porém incluídas no campo epistemológico moderno, nos interstícios desses saberes. É uma posição menor, mas, ao mesmo tempo, privilegiada, uma vez que as ciências humanas podem apropriar-se de recursos de todas as três dimensões.

É estando nessa posição intersticial na episteme moderna que se tornam precárias, incertas, derivadas e/ou secundárias. As ciências sociais retomam os objetos da Economia, Filologia e Biologia e são, em relação a essas ciências, metaepistemológicas. O novo objeto homem, abordado pelo novo saber das ciências sociais, é empírico, observável, repetitivo, quantificável, regular, submetido a condições objetivas, limitadoras de sua vontade e independentes de sua intencionalidade. Esse homem-objeto é, antes, inconsciente. As ciências humanas tratam principalmente das representações que escapam à consciência. O discurso explícito, mas inconsciente, pode ser representado pois é significação, não em si, mas dentro do sistema. Desse modo, a representação não é produção exclusiva da consciência, mas cada vez mais produção do inconsciente. Esse interesse pelas estruturas inconscientes do homem é que define o ponto de vista da ciência social, em oposição ao da filosofia. Esta segunda reflete sobre o sujeito – saído e criador do universal, relativo que participa do absoluto – uma consciência livre, autônoma, produtora de sentido. Porém, se não é mais esse sujeito o objeto da reflexão racional, então a Filosofia perde o seu lugar de fundadora da reflexão racional.

3

O objetivo final das ciências sociais, embora não confessado, é reencontrar a consciência e restituir ao homem a sua posição de sujeito. Mas, elas consideram que essa condição de liberdade limitada, posterior à pesquisa e ao conhecimento das condições objetivas, não restitui um sujeito inteiramente conhecedor de si, de seu passado, presente e futuro, mas um sujeito que pode agir, mas restringido pelas situações objetivas nas quais ele se encontra.

O corpo: lugar privilegiado de penetração do poder

A segunda metade do século XX viu dissipar-se o que restava da herança do pudor, marca do século anterior. Dessa forma, ocorreu uma inevitável transformação nos costumes, sendo este fato o grande responsável pelo crescente interesse dos historiadores pela temática do corpo e da sexualidade. Com efeito, duas possibilidades de abordagem surgem, tornando o corpo e a sexualidade objetos da pesquisa historiográfica. A primeira aponta para uma história que verse sobre o cotidiano; assim,



prioriza as análises dos comportamentos e dos variados usos do corpo. A segunda reside nos trabalhos de Michel Foucault, cuja preocupação reside nos discursos sobre o sexo e sua verdade⁵, além de apontar o caráter repressivo encontrado em tais discursos como forma de controle e normatização da parte do poder.

O domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder, a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... tudo isto induz ao desejo de seu próprio corpo através de trabalho insistente, obstinado, meticuloso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio. Mas, a partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor. E assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado... O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo... Lembrem-se do pânico das instituições do corpo social (médicos, políticos) com a idéia da união livre ou do aborto... Na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares... e a batalha continua (FOUCAULT, 1979, p. 146).

4

Foucault analisou criticamente os discursos dos grupos sociais dirigentes para restringir, reprimir e reformar os usos do corpo e da sexualidade (2005, p. 21)⁶. Toda forma de poder ampara-se numa verdade⁷ ao passo que toda verdade se legitima e repousa nas mãos daqueles que detêm o poder. Assim, observam-se as formas pelas quais os enunciados se transformaram em discursos verdadeiros, normativos e controladores sociais, geralmente, e, entre outros, associados à educação e à família. É inviável pensar no ser humano excluindo dele seu corpo, desejos e prazeres. Dessa forma, como falar em pudor, decência, delicadeza e recato?

É claro que sabemos, numa sociedade como a nossa, da existência de procedimentos de *exclusão*. O mais evidente, o mais familiar também, é o *interdito*. Temos consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja. Tabu do objecto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: jogo de três tipos de interditos que se cruzam, que se

⁵ A verdade é um discurso, produto do saber produzido em um determinado tempo e lugar, cujo enunciado, no mesmo ponto em que é legitimado pelo poder, legitima este mesmo poder.

⁶ Em sua obra *A ordem do discurso* (2005), Foucault analisa a relação entre as práticas discursivas e as diversas formas de poder que as permeiam.

⁷ Essa verdade é um enunciado que legitima as normas através das quais o poder estabelece seu controle sobre os corpos, as mentes, sobre a vida.



reforçam ou que se compensam, formando uma grelha complexa que está sempre a modificar-se. Basta-me referir que, nos dias que correm, as regiões onde a grelha mais se aperta, onde os quadrados negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: longe de ser um elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, é como se o discurso fosse um dos lugares onde estas regiões exercem, de maneira privilegiada, alguns dos seus mais temíveis poderes. O discurso, aparentemente, pode até nem ser nada de por aí além, mas no entanto, os interditos que o atingem, revelam, cedo, de imediato, o seu vínculo ao desejo e o poder. E com isso não há com que admirarmo-nos: uma vez que o discurso — a psicanálise mostrou-o —, não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objecto do desejo; e porque — e isso a história desde sempre o ensinou — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos (FOUCAULT, 2005. p. 8).

A resposta a este problema sempre esteve ligada ao autocontrole físico, que prossegue intimamente ligado ao desejo de policiar os corpos alheios, como forma de garantir uma melhor ordem social, moral e religiosa. Foucault afirma, ainda, que os corpos dos indivíduos se tornaram sujeitos a uma tecnologia política do corpo na esperança de regenerá-los, isso ia desde o trabalho nas fábricas aos exercícios escolares, ao convívio familiar, às punições dos reformatórios, etc (1987. p. 28). O fato é que, segundo o filósofo, desde a infância, passando pela educação familiar, escolar, militar e no recinto da fábrica, o Estado trabalhava para produzir indivíduos dóceis, verdadeiros súditos, capazes de uma força de trabalho obediente através da disciplina sistemática dos seus corpos.

Em sua obra *Vigiar e punir* (1987), Foucault realiza um estudo científico, fortemente documentado, no qual trata da evolução histórica da legislação penal e dos respectivos métodos coercitivos e punitivos adotados pelo poder público no intuito de reprimir a delinquência, isso desde os séculos passados até as modernas instituições correcionais. Foucault busca estudar as relações de poder nas prisões, onde o poder não se mascara. Para ele todas as violências e arbitrariedades são possíveis na prisão, mesmo que a lei diga o contrário, porque a sociedade não só tolera, mas exige que o delinquente sofra. Foucault busca estudar as relações de poder fora da concepção do Estado, afirmando que o poder não seria propriedade de uma classe que o teria conquistado, – isso vai contestar a posição de Marx de tomada do poder – o poder acontece em termos de relações de poder.

Mas o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à



sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 1987. p. 28).

No século XVIII houve uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Nesse bojo surge a disciplina como método de controle minucioso dos corpos, supondo um binômio de docilidade-utilidade, esquadrinhando o espaço, o tempo e os movimentos. Essa ação sobre o corpo não se opera simplesmente pela consciência, pois é também biológica e corporal. É justamente esse aspecto que explica o fato de que o corpo humano seja alvo da prisão, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para adestrá-lo e aprimorá-lo. Convinha formular mecanismo que a um só tempo transformasse os corpos em obedientes e úteis, exercitados para o trabalho e inertes politicamente. As ordens não precisam ser entendidas, apenas decodificadas, algo que decorre da correlação de forças. Todos devem ser dóceis, subordinados e se entregar aos exercícios para conseguir a gratificação de estar entre os melhores. Os regulamentos ficam cada vez mais minuciosos e austeros; exames e inspeções passam a ser cotidianos; o controle sobre tudo e todos toma forma na escola, no hospital e na indústria. Um dos principais mecanismos é a seriação de indivíduos, colocá-los em fila, classificando-os, individualizando os corpos. A disciplina é celular e solitária.

Outra questão que se coloca é que o corpo é alvo de poder e serve de fonte para formulação de novas formas de saber. O saber, então, vira mais um mecanismo de controle, fazendo do indivíduo um objeto descritível e analisável, correlato ao surgimento das ciências do homem. Não é mais necessário impor penas e sanções aos vigiados para obter bom comportamento, basta o temor de ter todos os seus atos vistos e analisados. O indivíduo torna-se seu próprio carrasco. Segundo Foucault (1979. p. 146), a anatomia política desenvolve seus efeitos segundo três direções privilegiadas: o poder, o corpo e o saber. Essas direções não são isoladas uma das outras, correlacionam-se. Foucault argumenta que toda uma tradição falou do poder, procurando sua origem, suas condições, suas causas, reduzindo-o ou aplicando-o a outra coisa.

Foi preciso esperar o século XIX para saber o que era a exploração, mas talvez ainda não se saiba o que é o poder, esta coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível, presente e oculta, investida em toda parte que se chama poder. A lei proíbe, isola e toma outros ilegalismos como objeto, mas também como meio de dominação. Foucault (1987. p. 261) irá demarcar o nascimento da prisão no



século XIX como uma instituição de fato, esta surge sem uma justificação teórica, aparecendo num determinado momento como necessária à construção da rede do poder para controlar todas as formas de ilegalismos.

Desde seu nascimento, a prisão deveria ser um instrumento tão aperfeiçoado de transformação e ação sobre os indivíduos, como a escola, o exército ou o hospital. Foucault chama as prisões de instituições de sequestro, em razão de que a reclusão submetida não pretende propriamente excluir o indivíduo recluso, mas, sobretudo, incluí-lo num sistema normalizador. A forma como se exercem os mecanismos de vigilância, controle e correção sobre o indivíduo pode ser percebida, por exemplo, no interior da prisão, quando o preso está submetido a um saber clínico, de observação, através das complexas técnicas de exame da Psicologia, Psiquiatria, Psicopatologia, Criminologia, Antropologia e Sociologia.

Uma coisa, com efeito, é clara: a prisão não foi primeiro uma privação de liberdade a que se teria dado em seguida uma função técnica de correção; ela foi desde o início uma “detenção legal” encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. Em suma, o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos (FOUCAULT, 1987. p. 261).

7

A abordagem foucaultiana aponta para esse grave problema que a sociedade humana e as autoridades públicas sempre tiveram que enfrentar: a criminalidade. Desde a antiguidade organizou-se um sistema judiciário e coercitivo, tido como necessário e adequado para a defesa dos direitos privados e públicos, punindo de inúmeras formas os considerados injustos e agressores. Cada época criou suas próprias leis penais, instituindo e utilizando os mais variados processos punitivos, que vão desde a terrível violência física – o suplício do corpo, que tinha como motivação legal a salvação da alma do condenado – ao uso dos institutos penitenciários modernos.

O direito penal moderno não ousa mais dizer que pune crimes; efetivamente, ele pretende readaptar delinquentes. Ele faz com que seus processos jurídicos e as medidas correcionais contra os criminosos sejam de tal forma corretos e humanos, que sua execução pareça um motivo de orgulho e não de vergonha. Nessa perspectiva, o direito penal moderno parte do princípio do respeito à pessoa e à liberdade humana, expõe a preocupação da autoridade judicial em considerar com mais humanidade e polidez os criminosos. A preocupação última das autoridades não reside mais nos castigos aos



delinquentes, mas na sua recuperação, reintegrá-los dóceis e úteis para a sociedade passou a ser a meta do direito penal moderno. “A vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (FOUCAULT, 1987, p. 157).

Em muitas sociedades, e particularmente na nossa, o corpo é uma das entidades privilegiadas para o exercício da dominação. A divisão social do trabalho e do processo de trabalho, as pedagogias (nas escolas, nas prisões, nos hospitais), o direito penal, a medicina, o consumo ou a filosofia evidenciam a presença de idéias e práticas que procuram confinar o corpo à região das coisas observáveis, manipuláveis e controláveis.

Considerado pelo direito civil como propriedade alienável num contrato (de casamento, de trabalho); pela economia, como força de trabalho, força produtiva ou instrumento; pela medicina, como conjunto de funções e disfunções; pela escola e instituições “reformatórias” como disciplináveis; pelo consumo, como espetáculo, o corpo é o lado menor, a parte inferior, curiosamente útil (pelo trabalho), carente (pelo desejo) e perigoso.

Tanto pela religião quanto pela filosofia e pela ciência, fomos habituados pelo chamado pensamento ocidental a estabelecer clara diferença entre corpo e alma, matéria e espírito, coisa e consciência, e a relacioná-los de modo hierárquico, um dos termos sendo sempre superior ao outro e, nessa qualidade, dotado do direito de mando. A hierarquia e a dominação não aparecem apenas nas relações interpessoais e sociais, mas no interior de cada um de nós quando considerarmos que nossa vontade e nosso espírito, nosso intelecto e nossa consciência devem mandar nosso corpo. Ser adulto, normal e racional é realizar esse comando (CHAUÍ, 1984, p. 167-168).

A vida, muito mais do que o direito, tornou-se objeto das lutas políticas. O poder evoca vigilâncias infinitesimais, controles constantes, ordenações espaciais meticulosas, infundáveis exames médicos e/ou psicológicos. Em suma, engendra todo um micropoder sobre o corpo. Constitui-se como princípio regulador da população, dando margem a intervenções que visam a todo o corpo social ou grupos tomados globalmente. O sexo é o acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie.

Sexualidade e gênero



As sociedades ocidentais foram patriarcados e ainda carregam consigo suas visíveis cicatrizes, porém uma questão surge através disso: Foram os patriarcados os sintomas ou as consequências diretas da diferenciação entre homem e mulher? E essas diferenças são biológicas, físicas ou construídas no interior das realidades sociais?

É portanto, à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico que teremos de esclarecer os dados da biologia. A sujeição da mulher à espécie, os limites de suas capacidades individuais são fatos de extrema importância; o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o *Outro*? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana (BEAUVOIR, 1970. p. 57).

O corpo da mulher é o lugar primeiro da espécie em reprodução, o privilégio o acomete e submete: martírio milenar. Nele, a mulher traz inscrita a causa da sua opressão. Ser mulher, até recentemente, continuava a ser o resignado fardo de Eva pela perda do paraíso. Romper a inferiorização física constituiu, historicamente, uma condição *sine qua non*⁸ para o surgimento do feminismo.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo (BEAUVOIR, 1967. p. 9).

Tradicionalmente, os teólogos atribuíam a subordinação da mulher frente ao homem também à questão biológica, sua inferioridade residia na própria Criação. O filósofo grego antigo Aristóteles concebia as mulheres como machos defeituosos e monstruosos, tanto que a genitália do lado interno do corpo era essencialmente equipada para a procriação de filhos. Dessa forma, às mulheres não condiz

⁸ Termo em latim que significa: *sem o que não*.



Crítica & Debates
Revista de História, Cinema e Educação
www.criticaedebates.uneb.br
UNEB/Campus VI Departamento de Ciências Humanas

ISSN 2178-9827

ERROR: undefined
OFFENDING COMMAND: '~

STACK: